



EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PARA OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA
MULTIPROFISSIONAL E EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE - EDITAL 01/2019

ANEXO I – PROGRAMA DAS PROVAS OBJETIVAS (PRIMEIRA ETAPA)

1

PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA (POLO
MONTES CLAROS) E DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA E
COMUNIDADE (POLO TAIÓBEIRAS)

1.1 CONTEÚDOS DA ÁREA DE ENFERMAGEM

Programas de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (Polo Montes Claros) e
Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (Polo Taiobeiras)

• Saúde Pública / Saúde da Família / Epidemiologia

Sistema Único de Saúde (SUS): legislações, princípios, competências, avanços e desafios. Pacto pela Saúde/Consolidação do SUS. Promoção à saúde. Controle social: conselhos e conferências municipais de saúde. Redes de Atenção à Saúde no mundo e no Brasil. Atenção Primária à Saúde – história, conceitos, princípios e organização no mundo e no Brasil. Política de Atenção Básica no Brasil. Estratégia de Saúde da Família. Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB). Consultório na Rua. Melhor em casa. Atenção Domiciliar e ferramentas de abordagem familiar. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). Auto avaliação para melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica: AMAQ. Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (e-SUS AB/SISAB). Atenção Domiciliar e ferramentas de abordagem familiar. Desenhos de estudos epidemiológicos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.

BRASIL. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 1. Brasília, Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 2. Brasília, Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Coletânea de normas para o controle social no Sistema Único de Saúde. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº453, de 10 de maio de 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais de implantação da estratégia e-SUS AB. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Manual Instrutivo para as Equipes de Atenção Básica e NASF- Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) – Terceiro ciclo – (2015-2017). Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. e-SUS Atenção Básica: manual do prontuário eletrônico do cidadão PEC versão 2.1. Brasília: Ministério da Saúde, 2016 (versão preliminar). (Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/esus/manual_pec_2_2/index.php).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Auto avaliação para melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica: AMAQ. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Primária, n. 39).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cadernos de Atenção Básica 34: Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf).

BRASIL. Portaria Nº 1.412, de 10 de julho de 2013 (Institui o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB).

BRASIL. Portaria Nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006.

BRASIL. Portaria Nº 4.279/GM, de 30 de dezembro de 2010.

BRASIL. Portaria Nº 1412/GM, de 10 de julho de 2013.

BRASIL. Portaria Nº 562/GM, de 4 de abril de 2013.

BRASIL. Portaria Nº 1.645/GM, de 2 de outubro de 2015.

BRASIL. Portaria Nº 978/GM, de 16 de maio de 2012.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

GORDIS, Leon. Epidemiologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010. 372 p (Capítulos 1 a 4).

MARTINS A. M. E. B. L., et al. Delineamentos de estudos epidemiológicos e não epidemiológicos da área da saúde: uma revisão de literatura. Revista Unimontes Científica (2013) 15(2):64-80. (Disponível em: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/262/254>).

MENDES, E. V. As Redes de Atenção à Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.: il.

MENDES, E. V. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. 512 p.: il.

MENDES, E. V. A construção social da Atenção Primária à Saúde. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2015. 193 p.: il

PAIM, J.; TRAVASSOS, C.; ALMEIDA, C.; BAHIA, L.; MACINKO, J. O Sistema de Saúde Brasileiro: história, avanços e desafios. The Lancet. 2011.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e Saúde. 7ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2013.

SILVA, Sívio Fernandes da. Organização de redes regionalizadas e integradas de atenção à saúde: desafios do Sistema Único de Saúde (Brasil). Ciência & Saúde Coletiva, 16(6):2753-2762, 2011.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Rev. Saúde Pública (2005) 39(3): 507-514. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf>).

STARFIELD, B. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidade de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726p.

- **Saúde da criança e do adolescente**

Assistência de enfermagem ao recém-nascido, à criança e ao adolescente. Semiologia e semiotécnica aplicadas ao recém-nascido, à criança e ao adolescente. Assistência de enfermagem à criança sadia e com afecções prevalentes da infância; ações de prevenção e controle das infecções; acompanhamento do crescimento e desenvolvimento; puericultura; imunização; triagem neonatal; amamentação e alimentação da criança. A saúde do adolescente no País. Perfil epidemiológico das doenças prevalentes e fatores de risco à saúde do adolescente. Determinantes de morbimortalidade juvenil. Programa



Nacional de Atenção à Saúde do Adolescente. Processo do Adolescer. Aspectos nutricionais do adolescente. Agravos e riscos à saúde do adolescente.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Ministério da Saúde, Organização Mundial da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. AIDPI Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância: curso de capacitação: avaliar e classificar a criança de 2 meses a 5 anos de idade: módulo 2. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde, Organização Mundial da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. AIDPI Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância: curso de capacitação: introdução: módulo 1. 2. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Calendário Nacional de vacinação 2018. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/julho/11/Calendario-de-Vacinacao-2018.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, nº 33).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Programa Nacional de Suplementação de Ferro: manual de condutas gerais. Brasília, Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de condutas gerais do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 34 p.: il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Manual de normas técnicas e rotinas operacionais do programa nacional de triagem neonatal. 2. ed. ampl. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

MINAS GERAIS. Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico (NUPAD). Programa de Triagem Neonatal de Minas Gerais: conteúdo técnico científico – seção 02 – normas técnicas para coleta, armazenamento e envio de amostras. Disponível em: <http://www.nupad.medicina.ufmg.br/programa-e-aco-es/programa-de-triagem-neonatal-de-minas-gerais/>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica, n. 23)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica. – 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde, Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 132 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Saúde. Atenção à Saúde do Adolescente. Belo Horizonte: SAS/MG, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Orientações básicas de atenção integral à saúde de adolescentes nas escolas e unidades básicas de saúde. 1. ed., 1 reimpr. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

UNICEF. O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Fundo das Nações Unidas para a infância. Brasília, DF: UNICEF, 2011.



- **Saúde da Mulher**

Semiologia e Semiotécnica aplicada à Saúde da Mulher. Assistência de Enfermagem ao Pré-natal e Puerpério, Planejamento Familiar, Controle de Infecções Sexualmente Transmissíveis. Câncer de mama e do colo do útero. Climatério.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BARROS, A.L.B.L. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres. Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 124 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 13).

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede. Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero. 2. ed. Rio de Janeiro: INCA, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede. Diretrizes para a Detecção Precoce do Câncer de Mama no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Humanização do parto e do nascimento / Ministério da Saúde. Universidade Estadual do Ceará. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 465 p.: il. – (Cadernos Humaniza SUS; v. 4).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 300 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 26).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual dos comitês de mortalidade materna / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 104 p.: il – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual Técnico para Profissionais de Saúde : DIU com Cobre TCu 380A / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. 32 p. : il.

BRASIL. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2011. 82 p. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf.

DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

NETTINA, S. M. Prática de Enfermagem. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

SCHMIDT, M. I. *et al.* Medicina Ambulatorial: Condutas de Atenção Primária Baseadas em Evidência. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2004.

- **Saúde do Adulto**

Semiologia e Semiotécnica aplicada à Saúde do adulto. Assistência de enfermagem aos portadores de Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus. Cuidado aos portadores de Obesidade.



Acompanhamento dos pacientes portadores de Hanseníase e Tuberculose. Doenças infecciosas e parasitárias. Atenção à saúde do homem. Cuidado a pessoa tabagista.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ARQUIVOS BRASILEIROS DE CARDIOLOGIA. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. *Revista da Sociedade Brasileira de Cardiologia*, v. 107, n. 3, Suplemento 3, Setembro 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estratégias para cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade*. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Primária, n. 38).

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: o cuidado da pessoa tabagista*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. (Cadernos de Atenção Primária, n. 40).

BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual do pé diabético: estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica*. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 284 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. *Guia prático sobre a hanseníase*. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 68 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso*. 8. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 444 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. *Glossário temático: saúde do homem*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 140 p.

MENDES, E. V. *O cuidado das condições crônicas na Atenção Primária à Saúde: O imperativo da consolidação da Estratégia da Saúde da Família*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. *Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018*. São Paulo: Editora Clannad, 2017.

• **Saúde do Idoso**

Semiologia e semiotécnica aplicadas ao idoso. Assistência de enfermagem ao idoso. Avaliação global da pessoa idosa (alimentação e nutrição, acuidade visual e auditiva, incontinência urinária e fecal, sexualidade, vacinação, mobilidade e queda, avaliação cognitiva, avaliação funcional, avaliação funcionalidade familiar). Políticas públicas para a saúde da pessoa idosa.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Envelhecimento e saúde da pessoa idosa*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 19).

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estatuto do Idoso*. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BULECHECK, GM.; BUTCHER, HK.; DOCHTERMAN, JM.; WAGNER, CM. *Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)*. 6ª ed. Porto Alegre: Elsevier, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução 429: Dispõe sobre o registro das ações profissionais no prontuário do paciente, e em outros documentos próprios da Enfermagem, independente do meio de suporte – tradicional ou eletrônico. Maio 2012.

DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J. *Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FREITAS EV, Py L. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 4 ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan; 2016.



GARCIA, TR. Classificação Internacional para a prática de Enfermagem- CIPE: aplicação à realidade brasileira / Organizadora Telma Ribeiro Garcia. – Porto Alegre: Artmed, 2015.

HERDMAN TH, editors. NANDA International nursing diagnoses: definitions and classification, 2018-2020>. Porto Alegre: Artmed; 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Saúde. Atenção à Saúde do Idoso. Belo Horizonte: SES, 2006.

MOORHEAD, S.; JOHNSON M.; MAAS, M. Classificação dos resultados de enfermagem (NOC). 5ª ed. Porto Alegre: Elsevier, 2016.

MORAES, E, N. Fundamentos do cuidado ao idoso frágil. Belo Horizonte (BR): Folium, 2016. 412 p.

MORAES, E, N. Avaliação Multidimensional do Idoso, Belo Horizonte (BR): Folium, 2016. 248 p. (Coleção Guia de Bolso em Geriatria e Gerontologia)

NUNES, M.I.; FERRETTI, R.E.L.; SANTOS, M. Enfermagem em geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2012. 214 p.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G.; Brunner e Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13 Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

ROACH, S. Introdução à enfermagem gerontológica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2003. 351 p. ilustrado.

TANNURE MCH, PINHEIRO AM. SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático. 2. ed. – [Reimpr] – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

- **Saúde Mental**

A Saúde Mental no Brasil e no mundo. Reforma psiquiátrica brasileira. A organização da assistência em Saúde Mental. Conceitos básicos de saúde mental. O acolhimento em Saúde Mental. Cuidado clínico de enfermagem em Saúde Mental. Consulta de Enfermagem em Saúde Mental. Processo de enfermagem e a Sistematização da Assistência de enfermagem em Saúde Mental e a pessoas acometidas de transtornos mentais e do comportamento. Vínculo e responsabilização do cuidado. A atuação em equipe. A rede de atenção à Saúde Mental. A atenção em Saúde Mental nas unidades de Atenção Primária de saúde. Os CAPS ou CERSAMS. Outros serviços e recursos. Concepção de reabilitação psicossocial. Mecanismos sociais e psicológicos que influenciam na assistência prestada a esse grupo específico de indivíduos. Oficinas terapêuticas, centros de convivência e espaços afins. Serviços residenciais terapêuticos ou moradias. Conselhos de saúde e instâncias afins. Quadros clínicos do sofrimento mental grave. Os quadros psiquiátricos orgânicos. As psicoses. As neuroses. Enfermagem no Cuidado da Pessoa com Necessidades Especiais. A abordagem e o tratamento do sofrimento mental. O projeto terapêutico. A atenção à crise. Visitas domiciliares e outras formas de busca do paciente. A atenção à família. O recurso aos psicofármacos. O uso abusivo de álcool e outras drogas. A legislação em Saúde Mental.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALMEIDA ANS, FEITOSA RMM, BOESMANS EF, et al. Cuidado clínico de enfermagem em saúde mental: reflexões sobre a prática do enfermeiro. Revista de pesquisa Cuidado é fundamental On line, Jan./mar. 6(1):213-231, 2014. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3396/pdf_1402

AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

AMARANTE, P. (Coord.) Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

BADIN M, TOLEDO VP, GARCIA APRF. Contribuição da transferência para o processo de enfermagem psiquiátrica. Rev Bras Enferm [Internet]. 2018;71(suppl 5):2290-7. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s5/pt_0034-7167-reben-71-s5-2161.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia prático de matriciamento em saúde mental / Dulce Helena Chiaverini (Organizadora) ... [et al.]. [Brasília, DF]: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011. 236 p.



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005. (Módulo digital disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relatorio_15_anos_caracas.pdf).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cadernos de Atenção Básica 34: Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.98 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Portaria GM/MS Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Republicada com correções em 21 de maio de 2013.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução 358: dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Outubro 2009.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução 429: Dispõe sobre o registro das ações profissionais no prontuário do paciente, e em outros documentos próprios da Enfermagem, independente do meio de suporte – tradicional ou eletrônico. Maio 2012.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN Nº 599/2018 Aprova Norma Técnica Para Atuação da Equipe de Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria – tradicional ou eletrônico. Dezembro de 2018.

CORDIOLI, A. V. et al. Psicofármacos: consulta rápida. 4ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ESPERIDIÃO E, et al. A enfermagem Psiquiátrica, a aBen e o departamento Científico de enfermagem Psiquiátrica e Saúde mental: avanços e desafios. Revista Brasileira Enfermagem;66(esp):171-6, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000700022.

GARCIA, TR. Classificação Internacional para a prática de Enfermagem- CIPE: aplicação à realidade brasileira / Organizadora Telma Ribeiro Garcia. – Porto Alegre: Artmed, 2015.

HERDMAN, T.H. (Ed.) [NANDA International nursing diagnoses: definitions and classification, 2015-2017]. Porto Alegre (RS): Artmed; 2015. (Português).

ISAACS, A.; MUNDIM, F. D. Saúde Mental e Enfermagem Psiquiátrica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. 213 p. (Estudos em Enfermagem) ISBN 85-277-0472-2.

LIMA, DEIVSON WENDELL DA COSTA ET AL. Referenciais teóricos que norteiam a prática de enfermagem em saúde mental. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 336-342, June 2014. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452014000200336&lng=en&nrm=iso

MARQUES NA, TOLEDO VP, GARCIA APRF. Significação da psicose pelo sujeito e seus efeitos para a clínica da enfermagem. Revista Brasileira Enfermagem. Jan-fev; 65(1): 116-20, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000100017.

OLIVEIRA LC, SILVA RAR, MEDEIROS MN et al. Cuidar humanizado: descobrindo as possibilidades na prática da enfermagem em saúde mental. Revista de pesquisa Cuidado é fundamental. On line. Jan./mar. 7(1):1774-1782, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=505750945003>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 352p.



PERGOLA AM, GARCIA APRF. O aprendizado da construção de caso clínico em Saúde Mental. Revista Escola de enfermagem da USP, 42(2):383-8, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n2/a23.pdf>

SILVA PO, SILVA DVA, RODRIGUES CAO *et al.* Cuidado clínico de enfermagem em saúde mental. Rev enferm UFPE on line., Recife, 12(11):3133-46, nov., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/236214/30521>

SOUZA RC, Pereira MA, Kantorski LP Escuta terapêutica: instrumento essencial do cuidado em enfermagem. Revista de Enfermagem UERJ; 11:92-7, 2003. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v11n1/v11n1a15.pdf>.

STEFANELLI, M.; FUKUDA, I.; ARANTES, E. Enfermagem Psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. São Paulo: Manoli, 2008.

STUART, G. W.; LARAIA, M. T. Enfermagem psiquiátrica. 4. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2002. 384 p.

TANNURE MCH, PINHEIRO AM. SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático. 2. ed. – [Reimpr] – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

TAYLOR, C. M. Fundamentos de enfermagem psiquiátrica de Mereness. 13. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. 485 p.

VIEIRA AN, SILVEIRA LC, SILVA LMS ET AL. Reflexão acerca das contribuições da psicanálise para o cuidado e para a clínica da enfermagem. Revista enfermagem UFPE *on line*, Recife, 8(2):450-6, fev., 2014. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/download/5843/8527>

1.2 CONTEÚDOS DA ÁREA DE ODONTOLOGIA

Programas de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (Polo Montes Claros) e Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (Polo Taiobeiras)

- **Saúde Pública / Saúde da Família / Epidemiologia**

Sistema Único de Saúde (SUS): legislações, princípios, competências, avanços e desafios. Pacto pela Saúde/Consolidação do SUS. Promoção à saúde. Controle social: conselhos e conferências municipais de saúde. Redes de Atenção à Saúde no mundo e no Brasil. Atenção Primária à Saúde – história, conceitos, princípios e organização no mundo e no Brasil. Política de Atenção Básica no Brasil. Estratégia de Saúde da Família. Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB). Consultório na Rua. Melhor em casa. Atenção Domiciliar e ferramentas de abordagem familiar. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). Auto avaliação para melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica: AMAQ. Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (e-SUS AB/SISAB). Atenção Domiciliar e ferramentas de abordagem familiar. Desenhos de estudos epidemiológicos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.

BRASIL. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 1. Brasília, Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 2. Brasília, Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Coletânea de normas para o controle social no Sistema Único de Saúde. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº453, de 10 de maio de 2012.



BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais de implantação da estratégia e-SUS AB. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Manual Instrutivo para as Equipes de Atenção Básica e NASF- Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) – Terceiro ciclo – (2015-2017). Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. e-SUS Atenção Básica: manual do prontuário eletrônico do cidadão PEC versão 2.1. Brasília: Ministério da Saúde, 2016 (versão preliminar). (Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/esus/manual_pec_2_2/index.php).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Auto avaliação para melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica: AMAQ. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Primária, n. 39).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cadernos de Atenção Básica 34: Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf).

BRASIL. Portaria Nº 1.412, de 10 de julho de 2013 (Institui o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB).

BRASIL. Portaria Nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006.

BRASIL. Portaria Nº 4.279/GM, de 30 de dezembro de 2010.

BRASIL. Portaria Nº 1412/GM, de 10 de julho de 2013.

BRASIL. Portaria Nº 562/GM, de 4 de abril de 2013.

BRASIL. Portaria Nº 1.645/GM, de 2 de outubro de 2015.

BRASIL. Portaria Nº 978/GM, de 16 de maio de 2012.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

GORDIS, Leon. Epidemiologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010. 372 p (Capítulos 1 a 4).

MARTINS A. M. E. B. L., et al. Delineamentos de estudos epidemiológicos e não epidemiológicos da área da saúde: uma revisão de literatura. Revista Unimontes Científica (2013) 15(2):64-80. (Disponível em: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/262/254>).

MENDES, E. V. As Redes de Atenção à Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.: il.

MENDES, E. V. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. 512 p.: il.

MENDES, E. V. A construção social da Atenção Primária à Saúde. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2015. 193 p.: il

PAIM, J.; TRAVASSOS, C.; ALMEIDA, C.; BAHIA, L.; MACINKO, J. O Sistema de Saúde Brasileiro: história, avanços e desafios. The Lancet. 2011.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e Saúde. 7ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2013.

SILVA, Sívio Fernandes da. Organização de redes regionalizadas e integradas de atenção à saúde: desafios do Sistema Único de Saúde (Brasil). Ciência & Saúde Coletiva, 16(6):2753-2762, 2011.



TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Rev. Saúde Pública (2005) 39(3): 507-514. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf>).

STARFIELD, B. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidade de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726p.

- **Redes de atenção à saúde bucal e organização de ações e serviços**

Epidemiologia e suas contribuições para a Saúde Bucal. Política Nacional de Saúde Bucal. Uso de Fluoretos. A Saúde Bucal na Atenção Primária. Legislação da Saúde Bucal na Estratégia de Saúde da Família. Programa de Saúde na Escola. Processo de Trabalho na Equipe de Saúde Bucal (Ações Promocionais, Preventivas, Clínicas e de Gestão). Organização da Demanda espontânea e programada. Redes de atenção e organização de ações e serviços de Saúde Bucal. Atenção Secundária em Saúde Bucal (Centro de Especialidades Odontológicas). Atenção Terciária em Saúde Bucal.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Andréa Neiva da Silva, Marcos Antônio Albuquerque de Senna. Fundamentos em Saúde Bucal Coletiva. Rio de Janeiro: MedBook, 2013. 248 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 92 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica; 17)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos temáticos do PSE – Promoção da Saúde Bucal. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Saúde Bucal. Nota técnica. Cobertura populacional das Equipes de Saúde Bucal da Estratégia Saúde da Família.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Saúde Bucal. Nota técnica. Indicador Média da Ação Coletiva de Escovação Dental Supervisionada.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Saúde Bucal. Nota técnica. Cadastro e repasse de recursos para os Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias – LRPD

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Saúde Bucal. Nota técnica. Informe referente à Portaria Nº 1.032/GM de 05/05/2010 - Tratamento Odontológico para Pacientes com Necessidades Especiais

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Saúde Bucal. Nota Técnica Nº 01/2014. Registro de procedimento odontológico realizado em Ambiente Hospitalar.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Passo a passo das ações da Política Nacional de Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. SB Brasil 2010. Pesquisa Nacional de Saúde Bucal. Resultados Principais. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de especialidades em Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).



BRASIL. Portaria Nº 2.436/GM, de 21 de setembro de 2017.

BRASIL. Portaria Nº 599/GM/MS de 23 de março de 2006.

BRASIL. Portaria Nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006.

BRASIL. Portaria Nº 1.341/GM, de 13 de junho de 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Atenção em Saúde Bucal. Belo Horizonte: SAS/MG, 2006. 290 p.

MOYSÉS, Samuel Jorge. Saúde Coletiva: políticas, epidemiologia da saúde bucal e redes de atenção odontológica. São Paulo: Artes Médicas, 2013. 128 p.

PEREIRA, A. C. e cols. Odontologia em Saúde Coletiva: planejamento, ações e promovendo saúde. 1ª ed. Artmed Editora, 2003.

PEREIRA, A. C. e cols. Tratado de Saúde Coletiva em Odontologia. Nova Odessa: Napoleão, 2009. 704 p. 1ª reimpressão 2013.

PINTO, V. G. Saúde Bucal Coletiva. 6ª ed. São Paulo: Editora Santos, 2013.

- **Clínica Odontológica Integrada**

A atenção em saúde bucal nos ciclos de vida e por condição sistêmica. Atenção odontológica a pacientes com necessidades especiais. Controle de infecção na prática odontológica – biossegurança. Semiologia: lesões fundamentais e variações da normalidade. Planejamento de tratamento odontológico (anamnese, exame físico, exames complementares). Interpretação radiográfica de estruturas e alterações odontológicas. Prescrição na clínica odontológica. Prevenção de endocardite infecciosa. Materiais dentários: resina composta, amálgama, hidróxido de cálcio, cimento de ionômero de vidro, cimento de óxido de zinco e eugenol). Anestesiologia – indicações, anestésicos e técnicas. Diagnóstico, prevenção e tratamento das doenças e agravos bucais: cárie, doença periodontal, fluorose, traumatismo dental, lesões de mucosa, neoplasias, edentulismo e distúrbios articulares. Adequação do meio bucal. Tratamento restaurador atraumático. Tratamento conservador da polpa dentária. Cirurgias bucais – biópsia, exodontia, sutura, tratamento de complicações cirúrgicas e infecções. Fundamentos de oclusão e disfunção temporomandibular.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ABOPREV. Promoção de Saúde Bucal. São Paulo, Artes Médicas, 2003.

ANDRADE, E. D. Terapêutica medicamentosa em odontologia. 3. ed. São Paulo: Artes Medicas, 2014.

BARATIERI, L. N. et al. Odontologia Restauradora Fundamentos e Possibilidades. 4. ed. [S.l.]: Santos Livraria e Editora, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Controle de Infecções e a Prática Odontológica em Tempos de AIDS– Manual de Condutas. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/Aids, hepatites e outras DST / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 197 p. il. - (Cadernos de Atenção Básica, n. 18) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 318 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 32)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 160 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica / Ministério da



Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 128 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 33).

BRUNETTI-MONTENEGRO F. L; MARCHINI L. Odontogeriatrics - uma visão Gerontológica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CAMPOS, C.C. et al. Manual prático para atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais. Faculdade de Odontologia, Universidade Federal de Goiás, 2009. Disponível em: https://odonto.ufg.br/up/133/o/Manual_corrigido-.pdf

CHAIN, Marcelo Carvalho. Materiais Dentários: Série Abeno: Odontologia Essencial-Parte Clínica. Artes Médicas Editora, 2013

COLEMAN, G. C., NELSON, J. F. Princípios de Diagnóstico Bucal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

CONCEIÇÃO, E.W. Dentística: Saúde e Estética. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DE GOES, Paulo Sávio Angeiras. Gestão da Prática em Saúde Bucal: Série Abeno: Odontologia Essencial-Temas Interdisciplinares. Artes Médicas Editora, 2014.

FEJERSKOV, O.; KIDD, E. Cárie Dentária. A Doença e o seu Tratamento Clínico. 2 edição. São Paulo: Santos, 2011.

FREITAS, A.; ROSA, J. E.; SOUZA, I. F. Radiologia Odontológica. 6. ed. [S.I.]: Artes Médicas, 2004.

KIGNEL, S. Estomatologia. Bases do diagnóstico para o clínico geral. 2 ed. São Paulo: Editora Santos, 2013.

LINDHE, J.; KARRING, T.; LANG, N. P. Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 1304p.

LITTLE, J.W.; FALACE, D.A.; MILLER, C.S.; RHODUS, N.L. Manejo odontológico do paciente clinicamente comprometido. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LOPES, H.P.; SIQUEIRA JÚNIOR, J. Endodontia - Biologia e Técnica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

MALAMED, S. Manual de Anestesia Local. 6. ed. [S.I.]: Elsevier, 2013.

MCDONALD, R. E.; AVERY, D. R. Odontopediatria. 7. ed. [S.I.]: Guanabara Koogan, 2000.

MEZZOMO, E. Reabilitação Oral Contemporânea. São Paulo: Santos, 2012. 887p.

MENDES, W. B. Fundamentos de Oclusão em Odontologia Restauradora: forma, função e estética. São Paulo: Napoleão, 2013, 664p.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Saúde. Atenção em Saúde Bucal. Belo Horizonte: SAS/MG, 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Saúde. Atenção ao Pré-natal, Parto e Puerpério: Protocolo Viva Vida. 2 ed. Belo Horizonte: SAS/SES, 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Saúde. Atenção à Saúde do Adolescente. Belo Horizonte: SAS/MG, 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Saúde. Linha-guia de hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus e doença renal crônica. Belo Horizonte: SAS/MG, 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Saúde. Atenção à Saúde do Idoso. Belo Horizonte: SES, 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Saúde. Atenção à Saúde da Criança. Maria Regina Viana et al. Belo Horizonte: SES, 2004.



NARESSI, Wilson Galvão; ORENHA, Eliel Soares; NARESSI, Suely Carvalho Mutti. Ergonomia e Biossegurança em Odontologia: Série Abeno: Odontologia Essencial-Parte Clínica. Artes Médicas Editora, 2009.

NEVILLE, B. W.; DAMM, D. D. Patologia Oral & Maxilofacial. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PEREIRA, Antonio Carlos. Saúde Coletiva: Métodos Preventivos para Doenças Bucais-Série Abeno: Odontologia Essencial-Temas Interdisciplinares. Artes Médicas Editora, 2009.

PETERSON, L.J.; ELLIS, E.; HUPP, J. R., TUCKER, M. Cirurgia oral e maxilofacial contemporânea. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

VARELLIS, M. L. Z. O paciente com necessidades especiais na odontologia – manual prático. São Paulo: Editora Santos, 2005.

WHITE, S. C. & PHAROAH, M. J. Radiologia Oral - Fundamentos e Interpretação. 5. ed. [S.l.]: Elsevier, 2007.

1.3 CONTEÚDOS DA ÁREA DE PSICOLOGIA

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (Polo Montes Claros):

- **Saúde Pública / Saúde da Família / Epidemiologia**

Sistema Único de Saúde (SUS): legislações, princípios, competências, avanços e desafios. Pacto pela Saúde/Consolidação do SUS. Promoção à saúde. Controle social: conselhos e conferências municipais de saúde. Redes de Atenção à Saúde no mundo e no Brasil. Atenção Primária à Saúde – história, conceitos, princípios e organização no mundo e no Brasil. Política de Atenção Básica no Brasil. Estratégia de Saúde da Família. Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB). Consultório na Rua. Melhor em casa. Atenção Domiciliar e ferramentas de abordagem familiar. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). Auto avaliação para melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica: AMAQ. Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (e-SUS AB/SISAB). Atenção Domiciliar e ferramentas de abordagem familiar. Desenhos de estudos epidemiológicos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.

BRASIL. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 1. Brasília, Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 2. Brasília, Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Coletânea de normas para o controle social no Sistema Único de Saúde. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais de implantação da estratégia e-SUS AB. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Manual Instrutivo para as Equipes de Atenção Básica e NASF- Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) – Terceiro ciclo – (2015-2017). Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. e-SUS Atenção Básica: manual do prontuário eletrônico do cidadão PEC versão 2.1. Brasília: Ministério da Saúde, 2016 (versão preliminar). (Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/esus/manual_pec_2_2/index.php).



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Auto avaliação para melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica: AMAQ. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Primária, n. 39).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cadernos de Atenção Básica 34: Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf).

BRASIL. Portaria Nº 1.412, de 10 de julho de 2013 (Institui o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB).

BRASIL. Portaria Nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006.

BRASIL. Portaria Nº 4.279/GM, de 30 de dezembro de 2010.

BRASIL. Portaria Nº 1412/GM, de 10 de julho de 2013.

BRASIL. Portaria Nº 562/GM, de 4 de abril de 2013.

BRASIL. Portaria Nº 1.645/GM, de 2 de outubro de 2015.

BRASIL. Portaria Nº 978/GM, de 16 de maio de 2012.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

GORDIS, Leon. Epidemiologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010. 372 p (Capítulos 1 a 4).

MARTINS A. M. E. B. L., et al. Delineamentos de estudos epidemiológicos e não epidemiológicos da área da saúde: uma revisão de literatura. Revista Unimontes Científica (2013) 15(2):64-80. (Disponível em: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/262/254>).

MENDES, E. V. As Redes de Atenção à Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.: il.

MENDES, E. V. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. 512 p.: il.

MENDES, E. V. A construção social da Atenção Primária à Saúde. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2015. 193 p.: il

PAIM, J.; TRAVASSOS, C.; ALMEIDA, C.; BAHIA, L.; MACINKO, J. O Sistema de Saúde Brasileiro: história, avanços e desafios. The Lancet. 2011.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e Saúde. 7ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2013.

SILVA, Sívio Fernandes da. Organização de redes regionalizadas e integradas de atenção à saúde: desafios do Sistema Único de Saúde (Brasil). Ciência & Saúde Coletiva, 16(6):2753-2762, 2011.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Rev. Saúde Pública (2005) 39(3): 507-514. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf>).

STARFIELD, B. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidade de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726p.

- **Saúde Mental**



Atenção à Saúde Mental. Políticas de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Rede de Atenção Psicossocial; Redução de Danos; *Recovery*; Intersectorialidade. Oficinas terapêuticas. Atenção à crise. Visitas domiciliares. Saúde Mental e Saúde do Trabalhador.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ANASTACIO, C., FURTADO, J. Reabilitação Psicossocial e *Recovery*: conceitos e influências nos serviços oferecidos pelo Sistema de Saúde Mental / Psychosocial Rehabilitation and Recovery: concepts and influences in the services offered by Mental Health System. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health*, 4 fev. 2013. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/2126/2919>>.

AMARANTE, P. Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

BRASIL. Lei 10.216, de 6 de abril de 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva. Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2ed. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cadernos de Atenção Básica 34: Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica, n. 39. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde: saúde da família. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Portaria GM/MS Nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 245, de 22 de dezembro de 2017.

BRASIL. Portaria GM/MS Nº 154, de 24 de janeiro de 2008.

BRASIL. Portaria GM/MS Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Republicação de 28 de maio de 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde do trabalhador e da trabalhadora. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. 136 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 41). Versão preliminar eletrônica. Disponível em: <renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/caderno-atencao-basica-41-saude-trabalhador-trabalhadora>.

CALAZANS, R.; BASTOS, A. Urgência subjetiva e clínica psicanalítica. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 640-652, Dez 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142008000400010&lng=en&nrm=iso>.



CAMPOS, G. W.; DOMITTI, A. C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 399-407, Fev. 2007.

OLIVEIRA PRETO BACCARI, I.; ONOCKO CAMPOS, R.T.; STEFANELLO, S., Recovery: revisão sistemática de um conceito. *Ciência & Saúde Coletiva* 2015, 20. Acesso em 14 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63033062014>> ISSN 1413-8123>.

ROMAGNOLI, R. (org.). A intersectorialidade e seus desafios. Curitiba: CRV, 2018.

SILVEIRA, A. R.; BRANTE, A. R. S.; VAN STRALEN, C. J. Práticas discursivas na participação social em saúde mental. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 783-793, Dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042014000400783&lng=en&nrm=iso>.

• **Psicologia: Teoria e Clínica**

Psicopatologia Psicanalítica; Psicofarmacologia; Ciclos de Vida; Entrevista Clínica. Estruturas Clínicas. Teoria da Clínica. Método Clínico. Psicanálise e Psicoterapia. Toxicomania. Abordagem de Grupos. Oficinas Terapêuticas. Elaboração de Documentos Psicológicos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ÁLVAREZ, J.M.; ESTÉBAN, R., SAUVAGNAT F.; *Fundamentos de Psicopatologia Psicoanalítica*. Madrid: Editorial Síntesis.

BAREMBLITT, G.; GUATTARI, F.; LEITÃO, M. B. S. *Grupos: teoria e técnica*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

BARROSO, S. F. *As psicoses na infância: o corpo sem a ajuda de um discurso estabelecido*. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2014.

BEE, H. *O ciclo vital*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BIRMAN, J. Cadernos sobre o mal. *Agressividade, violência e crueldade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CIRINO, O.; MEDEIROS, R. *Álcool e outras drogas: escolhas, impasses e saídas possíveis*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CORDIOLI, A. V. et al. *Psicofármacos: consulta rápida*. 4ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DALGALARRONDO, P. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE – MINAS GERAIS. Psicanálise e Saúde Mental. *Curinga*. Belo Horizonte, n.13, Set 99.

FIGUEIREDO, A. C. A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 75-86, Mar. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142004000100075&lng=en&nrm=iso>.

FIGUEIREDO, A. C. Uma proposta da psicanálise para o trabalho em equipe na atenção psicossocial. *Mental*, Barbacena, v. 3, n. 5, p. 43-55, nov. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272005000200004&lng=pt&nrm=iso>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N.º 007/2003.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*/ Michel Foucault; tradução Salma Tannus Muchail. — 8ª ed. — São Paulo: Martins Fontes, 1999. — (Coleção tópicos)

_____. (2003a) *Vigiar e Punir*. Nascimento da Prisão. 27.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

_____. *História da Sexualidade III: O Cuidado de Si*. 7.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 2002.



- FREUD, Sigmund. (1920) "Além do Princípio de Prazer". In S. Freud. *Obras completas* Vol. XVIII.
- _____. (1930 [1929]) O mal-estar na civilização. In S. Freud. *Obras completas* Vol. XXI.
- _____. (2011). Psicologia das massas e análise do Eu. In S. Freud. *Obras completas* (P. C. de Souza, trad., vol. 15, pp. 13-113). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).
- _____. Inibição, Sintoma e Angústia. (1926) In: FREUD, S. Um Estudo Autobiográfico, Inibição, Sintoma e Angústia, Análise Leiga e outros trabalhos. ESB Vol XX. Rio de Janeiro: Imago, 1977, pp. 107-201.
- _____. Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade. *Obras Completas*. Edição Standard. Rio de Janeiro: Imago, Vol. VII.
- _____. Artigos Sobre Técnica. *Obras Completas*. Edição Standard. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XII.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 20: mais, ainda*. 2a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 1985b.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 23: O sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- LACAN, J. *Os complexos familiares*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LACAN, J. (1949) O estádio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, [S.l.], n. 32, mar. 2017. ISSN 2448-3338. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>.
- MEZENCIO, M.; ROSA, M.; FARIA, M.V. (Org.). *Tratamento possível das toxicomanias com Lacan*. Belo Horizonte: Scriptum, 2014
- MILLER, Jacques-Alain. Efeito do retorno à psicose ordinária. *Opção Lacaniana online nova série*. Ano 1, n.3. Novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.opcaolacanianana.com.br/nranterior/numero3/texto1.html>>.
- MILLER, J-A. Lacan elucidado: palestras no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- MILLER, Jacques - Alain. Efeito do retorno à psicose ordinária. *Opção Lacaniana online nova série*. Ano 1, n.3. Novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.opcaolacanianana.com.br/nranterior/numero3/texto1.html>>.
- STEVENS, Alexandre. Adolescência, sintoma da puberdade. In: *Clínica do contemporâneo. Revista Curinga*. Escola Brasileira de Psicanálise-Seção Minas, nº 20, p.27-39, 2004.
- MEZECION, M.; ROSA M.; WILMA, Maria (org.). *O tratamento possível das toxicomanias*. Belo Horizonte: Scriptum, 2014.

1.4 CONTEÚDOS DA ÁREA DE FARMÁCIA

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (Polo Taiobeiras)

- **Saúde Pública / Saúde da Família / Epidemiologia**

Sistema Único de Saúde (SUS): legislações, princípios, competências, avanços e desafios. Pacto pela Saúde/Consolidação do SUS. Promoção à saúde. Controle social: conselhos e conferências municipais de saúde. Redes de Atenção à Saúde no mundo e no Brasil. Atenção Primária à Saúde – história, conceitos, princípios e organização no mundo e no Brasil. Política de Atenção Básica no Brasil. Estratégia de Saúde da Família. Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB). Consultório na Rua. Melhor em casa. Atenção Domiciliar e ferramentas de abordagem familiar. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). Auto avaliação para melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica: AMAQ. Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (e-SUS AB/SISAB). Atenção Domiciliar e ferramentas de abordagem familiar. Desenhos de estudos epidemiológicos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.



- BRASIL. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.
- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.
- BRASIL. Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 1. Brasília, Ministério da Saúde, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 2. Brasília, Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Coletânea de normas para o controle social no Sistema Único de Saúde. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº453, de 10 de maio de 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais de implantação da estratégia e-SUS AB. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Manual Instrutivo para as Equipes de Atenção Básica e NASF- Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) – Terceiro ciclo – (2015-2017). Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. e-SUS Atenção Básica: manual do prontuário eletrônico do cidadão PEC versão 2.1. Brasília: Ministério da Saúde, 2016 (versão preliminar). (Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/esus/manual_pec_2_2/index.php).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Auto avaliação para melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica: AMAQ. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Primária, n. 39).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cadernos de Atenção Básica 34: Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf).
- BRASIL. Portaria Nº 1.412, de 10 de julho de 2013 (Institui o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB).
- BRASIL. Portaria Nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006.
- BRASIL. Portaria Nº 4.279/GM, de 30 de dezembro de 2010.
- BRASIL. Portaria Nº 1412/GM, de 10 de julho de 2013.
- BRASIL. Portaria Nº 562/GM, de 4 de abril de 2013.
- BRASIL. Portaria Nº 1.645/GM, de 2 de outubro de 2015.
- BRASIL. Portaria Nº 978/GM, de 16 de maio de 2012.
- BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- GORDIS, Leon. Epidemiologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010. 372 p (Capítulos 1 a 4).
- MARTINS A. M. E. B. L., et al. Delineamentos de estudos epidemiológicos e não epidemiológicos da área da saúde: uma revisão de literatura. Revista Unimontes Científica (2013) 15(2):64-80. (Disponível em: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/262/254>).
- MENDES, E. V. As Redes de Atenção à Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.: il.



MENDES, E. V. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. 512 p.: il.

MENDES, E. V. A construção social da Atenção Primária à Saúde. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2015. 193 p.: il

PAIM, J.; TRAVASSOS, C.; ALMEIDA, C.; BAHIA, L.; MACINKO, J. O Sistema de Saúde Brasileiro: história, avanços e desafios. The Lancet. 2011.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e Saúde. 7ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2013.

SILVA, Sívio Fernandes da. Organização de redes regionalizadas e integradas de atenção à saúde: desafios do Sistema Único de Saúde (Brasil). Ciência & Saúde Coletiva, 16(6):2753-2762, 2011.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Rev. Saúde Pública (2005) 39(3): 507-514. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf>).

STARFIELD, B. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidade de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726p.

- **Assistência Farmacêutica no SUS**

Legislação farmacêutica. Política Nacional de Medicamentos. Boas práticas para o controle sanitário de medicamentos e correlatos. Cuidado farmacêutico em pacientes com doenças crônicas. Aspectos legais sobre o ato de dispensar atenção farmacêutica. O método clínico do cuidado com o paciente. Análise e interpretação de exames laboratoriais. Farmacoterapia e uso racional de medicamentos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALMEIDA DE MOURA, Roberto. Técnicas de laboratório. 3º Ed. São Paulo: Atheneu; 2008.

BRASIL: Organização Pan Americana da Saúde, 2012 GOMES, C. A. P. et al. A assistência farmacêutica na atenção à saúde. 2ª ed. Belo Horizonte: FUNED, 2010.

BRASIL. Lei Federal nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Que dispõe sobre o controle sanitário de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Dispõe sobre a aprovação da política Nacional de Medicamentos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 nov. 1998. Seção 1, n. 215.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1988, que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Assistência à Saúde; Departamento de Sistemas e Redes Assistenciais. Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas: medicamentos excepcionais. Brasília: MS, 2002. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_clinicos_diretrizes.pdf.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução de nº 417, de 29 de setembro 2004, que aprova o Código de Ética da Profissão Farmacêutica.

BRASIL. Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre boas práticas farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 ago. 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. LYRA JUNIOR DP. & MARQUES TC (Orgs.). Relatório do 1º Seminário Internacional para Implementação da Atenção Farmacêutica no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 114 p.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos; Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: MS, 2009.



BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 542, de 19 de janeiro de 2011. Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico na dispensação e no controle de antimicrobianos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 jan. 2011a. Seção 1, p. 237.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº834, de 14 de maio de 2013. Redefine o Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília/DF, 30 de maio 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde; Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: MS, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde; Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: MS, 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 585, de 29 de agosto de 2013, que regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 set. 2013d. Seção 1, p. 1868.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 586, de 29 de agosto de 2013, que regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2013e. Seção 1, p. 136-8.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 578, de 06 de julho de 2013. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Regulamenta as atribuições técnico-gerenciais do farmacêutico na gestão da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 ago. 2013c. Seção 1, p. 151.

BRASIL. Lei nº 13.021, de 08 de agosto de 2014. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 ago. 2014c. Seção 1, p. 1, Edição Extra.

BISSON, M.P. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. São Paulo: Medfarma, 2003.

CORRER, C. J.; OTUKI, M. F.; SOLER, O. Assistência farmacêutica clínica na atenção primária à saúde por meio do Programa Saúde da Família. Rev Bras Farm. v. 1, n. 91, p.3745, 2010.

CORRER, C.J.; OTUKI, M.F.A Prática Farmacêutica na Farmácia Comunitária. Porto Alegre: Artmed, 2013.

CARVALHO, M.F.C. A polifarmácia em idosos no Município de São Paulo - Estudo SABE-Saúde, Bem-estar e Envelhecimento. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Saúde Pública. 2007. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rbepid/v15n4/13.pdf>.

GILMAN, A. G.; RALL, T. W.; NIES, A. S.; TAYLOR, P. Goodman & Gilman. As bases Farmacológicas da Terapêutica. 8ª edição. Ed. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 1991.

JARAMILLO NM et al. Atenção Farmacêutica no Brasil: trilhando caminhos. Relatório de Oficina de Trabalho. Fortaleza: Organização Pan-americana da Saúde, 2001. 25p. Disponível em: http://www.ceatenf.ufc.br/ceatenf_arquivos/Artigos/CONSENSO%20BRASILEIRO%20DE%20ATE_NFAR.pdf

KATZUNG, B. G.; Farmacologia Básica & Clínica. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 10.

LYRA JÚNIOR DP. Impacto de um programa de Atenção Farmacêutica, no cuidado de um grupo de idosos atendidos na Unidade Básica Distrital de Saúde Dr. Ítalo Baruffi, Ribeirão Preto (SP). 2005. 156 f. Tese (Doutorado em Ciências Farmacêuticas)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Relatório do 1º Seminário Internacional para Implementação da Atenção Farmacêutica no SUS. Brasília. Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_seminario_implementacao_ate_ncao_farmaceutica.pdf.

MARQUES, L. A. M., Atenção Farmacêutica em Distúrbios Menores. 2ª ed. Ed. Medfarma. São Paulo, 2008.



STORPIRTIS, S.et al. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

SILVA, P.Farmacologia. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 1400 p.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde; OMS – Organização Mundial da Saúde; CFF– Conselho Federal de Farmácia. O Papel do Farmacêutico no Sistema de Atenção à Saúde. Disponível em:<http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/3598/PapelFarmaceutico.pdf?sequence=1>

2

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL (POLO MONTES CLAROS)

2.1 Conteúdos comuns a todas as áreas do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental

Saúde Pública. Promoção da saúde. Políticas e Sistemas de saúde. Atenção psicossocial. Interdisciplinaridade e Intersetorialidade. Redes de Atenção em Saúde. Legislação em saúde. Violências e ciclos de vida. Abordagem do Suicídio. Psicopatologia. Psicofarmacologia. Projeto Terapêutico Singular. Recovery. Oficinas Terapêuticas. Clínica em saúde mental, álcool e outras drogas: princípios, estratégias e dispositivos. Principais quadros clínicos. Abordagem da crise. Abordagem da família. Discussões contemporâneas: Arqueologia e Genealogia do Saber, Biopoder e Necropolítica.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

AMARANTE, P., org. Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. Loucura & Civilização collection. 316p. ISBN 978-85-7541-319-7. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>

ANASTÁCIO, C., FURTADO, J.. Reabilitação Psicossocial e Recovery: conceitos e influências nos serviços oferecidos pelo Sistema de Saúde Mental / Psychosocial Rehabilitation and Recovery: concepts and influences in the services offered by Mental Health System. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health, ##plugins.citationFormat.abnt.location##, 4, fev. 2013. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/2126/2919>>. Acesso em: 05 Dez. 2018.

BARROSO, Suzana Faleiro. As psicoses na infância: o corpo sem// a ajuda de um discurso estabelecido. Belo Horizonte. Scriptum livros, 2014.

BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

BRASIL. Lei 10.216, de 6 de abril de 2001.

BRASIL. Portaria GM/MS Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Republicação de 28 de maio de 2013.

BRASIL. Portaria GM/MS Nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 245, de 22 de dezembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2ed. Brasília, 2008.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Por uma cultura da paz, a promoção da saúde e a prevenção da violência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia prático de matriciamento em Saúde Mental / Dulce Helena Chiaverini (Organizadora) ... [et al.]. [Brasília, DF]: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.236 p.



BRASIL. Ministério da Saúde. Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva. Guia prático de matriciamento em Saúde Mental. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.98 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cadernos de Atenção Básica 34:Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do SUS / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.160, p. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

CALAZANS, Roberto; BASTOS, Angélica. Urgência subjetiva e clínica psicanalítica. Rev. latinoam. psicopatol. fundam., São Paulo, v. 11, n. 4, p. 640-652, Dec. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142008000400010&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Dec. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142008000400010>.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 23, n. 2, p. 399-407, Feb. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000200016&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Dec. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007000200016>.

CORDIOLI, A. V. et al. Psicofármacos: consulta rápida. 4ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FIGUEIREDO, Ana Cristina. A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. Rev. latinoam. psicopatol. fundam., São Paulo , v. 7, n. 1, p. 75-86, Mar. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142004000100075&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Dec. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1415-471420040001006>.

FIGUEIREDO, Ana Cristina. Uma proposta da psicanálise para o trabalho em equipe na atenção psicossocial. Mental, Barbacena , v. 3, n. 5, p. 43-55, nov. 2005 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272005000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 dez. 2018.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. As palavras e as coisas : uma arqueologia das ciências humanas / Michel Foucault ; tradução Salma Tannus Muchail. — 8ª ed. — São Paulo : Martins Fontes, 1999. — (Coleção tópicos)

_____. (2003a) Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. 27.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

_____. História da Sexualidade III: O Cuidado de Si . 7.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 2002.

GIOVANELLA, L. (Org.). Políticas e sistema de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

GUERRA, A.M.C. Oficinas em Saúde Mental: costuras entre real, simbólico e imaginário. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, v. 41/42, p.86-100, 2011-2012. Disponível em: <<http://www.apoa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista41.pdf>>. Acesso em: 05 dez 2018.

GUERRA, A.M.C. MARTINS, A. S. PSICANÁLISE E POLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS. *Revista Borromeo N° 4 – Año 2013, Instituto de Investigaciones en Psicoanálisis Aplicadas a las Ciencias Sociales Universidad Argentina John F. Kennedy*, p. 90-111. Disponível em: <chrome-



extension://oemmdcbldboiebfnladdacbdmfmadm/http://borromeo.kennedy.edu.ar/Articulos/CamposGuerrapsicoan%C3%A1lisisypol%C3%ADtica.pdf>

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, [S.l.], n. 32, mar. 2017. ISSN 2448-3338. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

MENDES, E. V. As Redes de Atenção à Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

OLIVEIRA PRETO BACCARI, I.; ONOCKO CAMPOS, R.T.; STEFANELLO, S., Recovery: revisão sistemática de um conceito. *Ciência & Saúde Coletiva* 2015, 20. Acesso em 14 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63033062014>> ISSN 1413-8123

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID 10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE . Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da saúde em atenção primária. Genebra: OMS ; 2000. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_phc_port.pdf. Acessado em 16 de dez. 2018.

ROMAGNOLI. Roberta Carvalho (Org.). A intersetorialidade e seus desafios. Curitiba. CRV, 2018. 268p.

2.2 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DE ENFERMAGEM

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental

A Saúde Mental no Brasil e no mundo. Reforma psiquiátrica brasileira e a reorientação do cuidado de enfermagem. A organização da assistência em Saúde Mental. O acolhimento em Saúde Mental e a escuta terapêutica como instrumento da prática de enfermagem. O cuidado clínico de enfermagem em Saúde Mental. Consulta de Enfermagem em Saúde Mental. Processo de enfermagem e a Sistematização da Assistência de enfermagem a sujeitos em sofrimento e transtornos mentais e necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Vínculo e responsabilização do cuidado. A atuação em equipe. A rede de atenção à Saúde Mental. A atenção em Saúde Mental nas unidades de Atenção Primária de saúde. Os CAPS ou CERSAMS. Outros serviços e recursos. Concepção de reabilitação psicossocial. Oficinas terapêuticas, centros de convivência e espaços afins. Serviços residenciais terapêuticos ou moradias. Conselhos de saúde e instâncias afins. Quadros clínicos do sofrimento mental grave. Os quadros psiquiátricos orgânicos. As psicoses. As neuroses. A abordagem e o tratamento do sofrimento mental. O projeto terapêutico. A atenção à crise. Visitas domiciliares e outras formas de busca do paciente. A atenção à família. O recurso aos psicofármacos. O uso abusivo de álcool e outras drogas. A legislação em Saúde Mental.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALCÂNTARA CB, Capistrano FC, Czarnobay J, Ferreira ACZ, Brusamarello T, Maftum MA **Terapêutica medicamentosa em saúde mental**. Escola Anna Nery 22(2) 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v22n2/pt_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2017-0294.pdf.

ALMEIDA ANS, FEITOSA RMM, BOESMANS EF, et al. Cuidado clínico de enfermagem em saúde mental: reflexões sobre a prática do enfermeiro. Revista de pesquisa Cuidado é fundamental On line, Jan./mar. 6(1):213-231, 2014. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3396/pdf_1402

BADIN M, Toledo VP, Garcia APRF. Contribuição da transferência para o processo de enfermagem psiquiátrica. Rev Bras Enferm [Internet]. 2018;71(suppl 5):2290-7. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s5/pt_0034-7167-reben-71-s5-2161.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34).

CARPENITO, L. J. Diagnóstico de Enfermagem: Aplicação à prática clínica. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução 358: dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos



ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Outubro 2009.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução 429: Dispõe sobre o registro das ações profissionais no prontuário do paciente, e em outros documentos próprios da Enfermagem, independente do meio de suporte – tradicional ou eletrônico. Maio 2012.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN Nº 599/2018 Aprova Norma Técnica Para Atuação da Equipe de Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria – tradicional ou eletrônico. Dezembro de 2018.

ESPERIDIÃO E, et al. A enfermagem Psiquiátrica, a ABen e o departamento Científico de enfermagem Psiquiátrica e Saúde mental: avanços e desafios. Revista Brasileira Enfermagem;66(esp):171-6, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000700022.

GARCIA, TR. Classificação Internacional para a prática de Enfermagem- CIPE: aplicação à realidade brasileira / Organizadora Telma Ribeiro Garcia. – Porto Alegre: Artmed, 2015.

HERDMAN, T.H. (Ed.) [NANDA International nursing diagnoses: definitions and classification, 2015-2017]. Porto Alegre (RS): Artmed; 2015. (Português).

LIMA, DEIVSON WENDELL DA COSTA ET AL. Referenciais teóricos que norteiam a prática de enfermagem em saúde mental. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 336-342, June 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452014000200336&lng=en&nrm=iso

MARCOLAN, João Fernando. Enfermagem em saúde mental e psiquiátrica: desafios e possibilidades do novo contexto do cuidar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 544 p.

MARQUES NA, TOLEDO VP, GARCIA APRF. Significação da psicose pelo sujeito e seus efeitos para a clínica da enfermagem. Revista Brasileira Enfermagem. Jan-fev; 65(1): 116-20, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000100017.

OLIVEIRA LC, SILVA RAR, MEDEIROS MN et al. Cuidar humanizado: descobrindo as possibilidades na prática da enfermagem em saúde mental. Revista de pesquisa Cuidado é fundamental. On line. Jan./mar. 7(1):1774-1782, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=505750945003>

PERGOLA AM, GARCIA APRF. O aprendizado da construção de caso clínico em Saúde Mental. Revista Escola de enfermagem da USP, 42(2):383-8, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n2/a23.pdf>

Saúde mental na atenção básica: a territorialização do cuidado / organizado por Simone Paulon e Rosana Neves. – Porto Alegre: Sulina, 2013. 151 p.

Silva PO, Silva DVA, Rodrigues CAO et al. Cuidado clínico de enfermagem em saúde mental. Rev enferm UFPE on line., Recife, 12(11):3133-46, nov., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/236214/30521>

SOUZA RC, PEREIRA MA, KANTORSKI LP. Escuta terapêutica: instrumento essencial do cuidado em enfermagem. Revista de Enfermagem UERJ; 11:92-7, 2003. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v11n1/v11n1a15.pdf>.

STEFANELLI, M.; FUKUDA, I.; ARANTES, E. Enfermagem Psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. São Paulo: Manoli, 2008.

TANNURE MCH, PINHEIRO AM. SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático. 2. ed. – [Reimpr] – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

TOWNSEND, Mary C. Enfermagem Psiquiátrica / Conceitos de Cuidados na Prática Baseada em Evidências. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

VIEIRA AN, SILVEIRA LC, SILVA LMS ET AL. Reflexão acerca das contribuições da psicanálise para o cuidado e para a clínica da enfermagem. Revista enfermagem UFPE on line., Recife, 8(2):450-6, fev., 2014. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/download/5843/8527>

WRIGHT, L. M.; LEAHEY, M. Enfermeiras e famílias: um guia para avaliação e intervenção na família. 5. ed. São Paulo: Roca, 2012.



2.3 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DE PSICOLOGIA

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental

Entrevista clínica. Psicodiagnóstico. Estruturas Clínicas. Linguagem, Estrutura e Trauma. Imaginário, Simbólico e Real. Aparelho Psíquico e Aparelho de Linguagem. Teoria da Clínica. Método Clínico. Sintomas contemporâneos da clínica. Fundamentos de Psicopatologia Psicanalítica. Psicanálise e Psicoterapia. Abordagem de grupos. Elaboração de documentos psicológicos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

AJURIAGUERRA, J. As psicoses infantis. Manual de psiquiatria infantil. São Paulo: Masson, 1983, pp. 665-722.

BAREMBLITT, Gregório; GUATTARI, Félix; LEITÃO, Maria Beatriz Sá. Grupos: teoria e técnica. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N.º 007/2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N.º 01/2018.

FREUD, Sigmund. (1920) "Além do Princípio de Prazer". Vol. XVIII.

_____. (1930 [1929]) O mal-estar na civilização. Vol. XXI.

_____. (2011). Psicologia das massas e análise do Eu. In S. Freud. *Obras completas* (P. C. de Souza, trad., vol. 15, pp. 13-113). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).

_____. Inibição, Sintoma e Angústia. (1926) In: FREUD, S. Um Estudo Autobiográfico, Inibição, Sintoma e Angústia, Análise Leiga e outros trabalhos. ESB Vol XX. Rio de Janeiro: Imago, 1977, pp. 107-201.

_____. Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade. Obras Completas. Edição Standard. Rio de Janeiro: Imago, Vol. VII.

_____. Psicologia de grupo e análise do Ego. Obras Completas. Edição Standard. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XVIII.

_____. Fragmento da análise de um caso de histeria (1905[1901]). In.: Um caso de histeria, Três ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos (1901-1905). Vol.VII – Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In.: Duas histerias clínicas (o "Pequeno Hans" e o "Homem dos Ratos) (1909). Vol. X Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides) (1912). In: O caso Schreber, Artigos sobre a Técnica e outros trabalhos (1911-1913). Vol. XII – Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Notas sobre um caso de neurose obsessiva In.: Duas histórias clínicas (o "Pequeno Hans" e o "Homem dos Ratos) (1909) Vol. X. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACAN, Jacques. O Seminário, Livro 10: A angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. O seminário, livro 20: mais, ainda. 2a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 1985b.

_____. O seminário, livro 23: O sintoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. Os complexos familiares. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MEZENCIO, M.; ROSA, M.; FARIA, M.V. (Org.). Tratamento possível das toxicomanias com Lacan. Belo Horizonte: Scriptum, 2014

MILLER, Jacques-Alain. Efeito do retorno à psicose ordinária. Opção Lacaniana online nova série. Ano 1, n.3. Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/nranterior/numero3/texto1.html>



MILLER, J-A. Lacan elucidado: palestras no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

STEVENS, Alexandre. Adolescência, sintoma da puberdade. In: *Clínica do contemporâneo. Revista Curinga*. Escola Brasileira de Psicanálise-Seção Minas, nº 20, p.27-39, 2004.

2.4 Conteúdos específicos da área de SERVIÇO SOCIAL

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental

Código de ética do/a Assistente Social. Lei de regulamentação da profissão. Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Saúde. Serviço Social e Saúde Mental. A relação família com o portador de transtorno mental. Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas. Serviço Social e interdisciplinaridade. O trabalho do Serviço Social nos CAPSs e o empoderamento de usuários e familiares em Saúde Mental.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BISNETO. José Augusto. Serviço Social e Saúde Mental: Uma análise institucional da prática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p.172-201.

BRASIL. Código de ética do/a Assistente Social. 10ª ed. rev e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 14 dez.2018.

BRASIL. Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993. Incluso alterações trazidas pela Lei n.º 12.317 de 26 de agosto de 2010. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2010. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/L8662.pdf>>. Acesso em: 14 dez.2018.

CASTRO, M. M. C. Formação em Saúde e Serviço Social: as residências em questão. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 349 - 360, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/14429/10745> Acesso em 15 dez.2018.

CFESS. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf Acesso em 15 dez.2018.

CFESS. Residência em Saúde e Serviço Social: subsídios para a reflexão. Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CFESS-BrochuraResidenciaSaude.pdf> Acesso em 15 dez.2018.

CFESS. Resolução nº 569, de 25 de março de 2010. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2010. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS_569-2010.pdf Acesso em 15 dez.2018.

CFESS. Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas. Brasília, 2010. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf Acesso em 15 dez.2018.

ROBAINA, Conceição Maria Vaz. O trabalho do Serviço Social nos serviços substitutivos de saúde mental. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 102, p. 339-351, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n102/a08n102.pdf>

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. Transtorno mental e o cuidado na família. São Paulo: Cortez. 2003. p.39-83.



- Políticas Públicas de Saúde das Mulheres. Direitos Sexuais e Reprodutivos. Cuidado Integral às Mulheres nos Diversos ciclos da Vida. Atenção Integral às Mulheres no Trabalho de Parto e ao Recém-nascido.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BARROS, A.L.B.L. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BARROS, S. M. O. Enfermagem Obstétrica e Ginecológica: Guia para prática assistencial. 2. ed. São Paulo: Roca, 2009.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução 311/2007 - Anexo. Aprova a reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf>

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução 516/2016 - Normatiza a atuação e a responsabilidade do Enfermeiro, Enfermeiro Obstetra e Obstetrix na assistência às gestantes, parturientes, puérperas e recém-nascidos nos Serviços de Obstetrícia, Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e outros locais onde ocorra essa assistência; estabelece critérios para registro de títulos de Enfermeiro Obstetra e Obstetrix no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em situação de Violência Doméstica e Sexual: matriz pedagógica para formação de redes. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes/Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Série C. Projeto, Programas e Relatórios).

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica; n.32) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos Cânceres do Colo do Útero e da Mama. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica; n.13) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres/Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica (Cad. de Atenção Básica n. 23) – 2. ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gestação de alto risco: manual técnico. 5. ed. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Diretriz Nacional de Assistência ao Parto Normal: relatório de recomendação [Internet]. Brasília(DF); 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Cadernos de Atenção Básica; n.26) (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n.40)

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Infecções Sexualmente Transmissíveis. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Brasília: 2015.



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST/AIDS e Hepatites Virais. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas (PCDT) para prevenção da transmissão vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais. Relatório de Recomendação. Brasília: Ministério da Saúde, 2017a.

BRASIL. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. Cuidados Gerais. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. v1. 2. Ed. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v1.pdf>.

BRASIL. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html>.

BRASIL. Diretriz nacional de assistência ao parto normal – Relatório de Recomendações. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <http://conitec.gov.br/images/Consultas/2017/Relatorio_Diretriz-PartoNormal_CP.pdf>.

BRASIL. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2011. 82 p. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf.

BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília: Ministério da Saúde. 2011. 46 p. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>.

CUNNINGHAM FG, Leveno KJ ; Bloom SL; Hauth JC; Rouse DJ; Spong CY. Obstetrícia de Williams. 23. ed. MacGraw Hill; Artmed, 2012. 1404 p.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA (FEBRASGO). Pré-eclâmpsia nos seus diversos aspectos. Série Orientações e Recomendações. São Paulo: FEBRASGO. 2017. n. 8, 2017. Disponível em: https://www.febrasgo.org.br/media/k2/attachments/12-PRE_ECLAYMPSIA.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral as Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis. Brasília : Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atencao_integral_pessoas_infecoes_sexualmente_transmissiveis.pdf